

Comissão de Direitos Humanos/ABA (CIDH/ABA)

Relatório Final de atividades – Junho de 2015 a Dezembro 2016

Composição:

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)^{[1][1][1][1]}_{[SÉP][SÉP]}

Membros: Gisele Fonseca Chagas (UFF), ^{[1][1]}_[SÉP]Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)_[SÉP]Patrice Schuch (UFGRS) e ^{[1][1]}_[SÉP]Robson Cruz (UNILAB)

Introdução

Os anos de 2015 e 2016, no Brasil, têm sido, do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA), um desafio e uma provocação permanentes. As denúncias e casos de violação de direitos, a discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais e a enunciação pública de discursos políticos que agridem direitos têm se sucedido em um ritmo assustador. Crianças xingadas e apedrejadas, templos e símbolos religiosos queimados e outras agressões físicas e verbais em casos de “intolerância” por motivos religiosos; execuções e outras práticas ilegais por parte das forças de segurança, em especial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo – resultando em índices quantitativos de homicídio assustadores; ações violentas de grupos armados contra comunidades indígenas, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, no contexto da demarcação de terras; iniciativas legislativas impondo definições hegemônicas de “família” e “gênero”; projeto de lei de maior punição a jovens através da redução da maioria penal; políticas de “ordenamento urbano” com vistas aos chamados “megaeventos” resultando na remoção de moradias, expulsão de moradores de rua, priorização de interesses empresariais em detrimento do comércio autônomo e redução da mobilidade urbana; projeto de lei definindo de forma ampla e imprecisa o “terrorismo” no Brasil (Projeto de Lei 2016/2015); iniciativas legislativas restringindo os direitos das mulheres sobre seu corpo (Projeto de Lei 5.069/2013); a criminalização do estrangeiro no projeto de nova Lei de Migração (Projeto de Lei 2516); são alguns exemplos dessas situações.

Nesse contexto, nossas ações (notas de repúdio, organização de eventos para debate público, apoio de moções) têm buscado se articular na relação entre o posicionamento político e a reflexão analítica, deparando e divulgando sobre a formulação de diversas iniciativas legislativas, políticas públicas e práticas

institucionais que vulneram os direitos civis, formalmente garantidos a todos os cidadãos por igual.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas **em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e propostas de ação futura.**

1) Participação e/ou organização de eventos:

- No Seminário ABA + 60: Antropólogos e Antropologia na esfera pública. Cenários Contemporâneos e políticas para o futuro, evento comemorativo dos 60 anos da ABA, realizado de 19 a 21 de agosto de 2015, em Brasília, foi organizada a **Mesa: Antropologia e Direitos Humanos no Brasil.**

Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS) Palestrantes: Roberto Kant de Lima (UFF), Claudia Fonseca (UFRGS), Ana Paula Mendes de Miranda (UFF)

Debatedor: Daniel Simião (UnB)

Resumo

Essa Mesa propõe discutir a relação entre Antropologia e Direitos Humanos no Brasil, através das experiências de reflexão etnográfica de seus participantes em diferentes universos empíricos. A noção de “direitos humanos” tem sido envolvida em múltiplas discussões e debates, tanto na esfera política quanto no espaço público. Nesses âmbitos a mesma tem adquirido distintos sentidos, se configurando enquanto uma categoria polissêmica cuja significado tem variado conforme os contextos, personagens e situações nos quais é acionada. Partindo de uma perspectiva antropológica, portanto, propomos discutir esses diversos usos, suas conseqüências e posicionamentos, como também eventuais implicações teóricas e metodológicas no campo da Antropologia. Também interessa refletir sobre seus reflexos no tocante à administração dos conflitos e das políticas públicas e, neste sentido, como suas representações interagem com diferentes noções de igualdade e cidadania. Os participantes da Mesa tem trabalhado de diversas formas as possíveis vinculações entre o campo antropológico e o dos direitos humanos, seja através de suas pesquisas e reflexões teóricas seja também através da gestão e experiência pública e política.

- Na XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, realizada entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2015 em Montevideú, Uruguai, foi organizado o **Simpósio “Direitos Humanos: Moralidades, políticas e ativismos”**, coordenado

por Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA) e Claudia Fonseca (UFRGS). O Simpósio contou com a participação de Adriana Vianna (MN/UFRJ), Maria Gabriela Lugones (U. de Córdoba, Argentina), Paula Lacerda (UERJ), Susana Rostagnol (U. de la República, Uruguai), Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Pilar Uriarte (U. de la República, Uruguai) e Carla Villalta (UBA, Argentina).

- Também na XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, a professora Haydée Caruso participou como palestrante na **Mesa “O debate legislativo acerca da redução da maioria penal no Brasil”**, em dezembro de 2015, em Montevideu, Uruguai.

- Participação da professora Gisele Fonseca Chagas no **Curso de Verão "A problemática do refúgio em uma perspectiva global"**, organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ, com a palestra/aula: A Guerra na Síria e a questão dos refugiados, em Dezembro de 2015.

- Participação da professora Gisele Fonseca Chagas como palestrante no **Módulo "A mulher muçulmana em sociedades islâmicas"** no Curso Mundo Islâmico: Cultura, Sociedade e Estado, 3 edição, organizado pela FAMBRAS (Federação das Associações Muçulmanas no Brasil) e pelo Instituto Rio Branco. Brasília, dezembro/2015.

- Participação da professora Gisele Fonseca Chagas como palestrante na **Série Migrações Internacionais/ Fundação Casa de Rui Barbosa**, com a palestra Síria: as dinâmicas religiosas da guerra. Novembro, 2015.

- Atividades desenvolvidas na **30 Reunião Brasileira de Antropologia**, a ser realizada de 3 a 6 de agosto, em João Pessoa/PB.

1. Coordenação do **GT 25. “Direitos Humanos”**: moralidades, políticas e disputas, coordenado por Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS)

Resumo:

O GT busca analisar e debater, a partir de trabalhos etnográficos, práticas, sentidos e valores associados à noção de direitos humanos e expressos em lutas por justiça, processos de violação e/ou demandas por direitos e reconhecimento. Consideramos

bem-vindos trabalhos que analisem as dimensões moral, burocrática e política envolvidas em tais processos e seus efeitos na produção de subjetividades e práticas de intervenção. Resultam inspiradoras questões como: a) como se constroem práticas e moralidades específicas em torno da categoria de “direitos humanos”? b) de que forma são criados, manipulados, incorporados, evitados e/ou subvertidos os procedimentos burocráticos e tecnologias de governo que envolvem os “direitos humanos” como linguagem de mobilização e intervenção? c) quais são as formas de construir e legitimar movimentos sociais e processos políticos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos, a partir dessa linguagem?

Entendendo a categoria de “direitos humanos” como uma noção polissêmica, com sentidos mutáveis e não homogêneos, propomos recepcionar trabalhos que discutam dispositivos administrativos, jurídicos e organizacionais acionados em diversos campos da esfera pública (judiciário; estatal; religioso; filantrópico; social etc.); processos de regulação das relações familiares, de vizinhança, de gênero e sexualidade; lutas e demandas em torno do desrespeito de direitos de grupos sociais como migrantes, jovens, crianças, grupos étnicos, entre outros.

2. Simpósio Especial: 002 - Direitos Humanos e Moralidades em questão: categorias, contextos e modos de engajamento, coordenado por Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS).

Resumo:

Esse Simpósio Especial busca discutir a relação entre a categoria de “direitos humanos” e as moralidades que a mesma evoca, provoca e/ou suscita em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e jurídica. A partir das pesquisas e reflexões dos palestrantes, propomos analisar como a categoria “direitos humanos” se constrói, em diferentes contextos, como um campo de disputas e tensões. Interessamos também debater os modos de habitar a categoria “direitos humanos”, assim como os seus deslocamentos e efeitos nas práticas sociais. Finalmente, nos interessa discutir as formas de engajamento antropológico em torno do assunto e os desafios colocados à antropologia, na análise dessa problemática.

Participantes: Juliana Gonçalves Melo (Departamento de Antropologia UFRN), Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense), Roberto Kant de Lima (Universidade Federal Fluminense - UFF) e Robson Rogério Cruz (UNILAB)

- MR002. Ações antropológicas e ajuda humanitária: novos desafios. Participação como expositora de Patrice Schuch. Coordenação: Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS)^[L]_[SEP], com ^[L]_[SEP]Carlos Alberto Caroso Soares (Universidade Federal do Sul da Bahia)^[L]_[SEP], ^[L]_[SEP]Jean-François Véran (PPGSA/IFCS/UFRJ)^[L]_[SEP].

- Organização e realização do **Seminário “Antropologia e Direitos Humanos: reflexões etnográficas e a retórica da ‘crise’”**, na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ. O projeto contou com recursos aprovados na Chamada MCTI/CNPq No 09/2015 – Auxílio promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação - ARC do CNPq e no Programa de Apóio a Eventos no País (PAEP) da CAPES.

O evento foi realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, no auditório do Bloco “P”, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ.

O evento foi aberto com a participação do presidente da Associação Brasileira de Antropologia, professor Antônio Carlos de Souza Lima; o pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação/UFF, professor Roberto Kant de Lima e a diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, professora Alessandra Barreto. A mesa levantou, desde o início do evento, questões fundamentais para a discussões em torno da categoria de “direitos humanos”, do papel da Antropologia e dos antropólogos nesse campo e particularmente da Associação Brasileira de Antropologia. O presidente da ABA também fez leitura da Manifestação do Conselho Diretor da ABA sobre a CPI do INCRA e da FUNAI, como um assunto extremamente grave e relevante para a discussão. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e do evento, professora Lucía Eilbaum, coordenou a Mesa, dando as boas vindas aos participantes.

Na primeira Mesa **Burocracias, “violência” e direitos humanos**, com a coordenação da professora Lucía Eilbaum, as pesquisadoras Carolina Grillo (USP), Flavia Medeiros (UFF) e Taniele Rui (Unicamp) apresentaram seus trabalhos de pesquisa sobre práticas e moralidades presentes nas rotinas de instituições estatais, em especial das polícias e de políticas sociais em torno do uso de drogas, especificamente em bairros periféricos de São Paulo. Foram discutidas, de forma comparada, formas de exercício abusivo e ilegal da força pública, a articulação entre formas repressivas e

assistenciais de intervenção estatal, o papel do antropólogo nessas pesquisas, ente outros assuntos vinculados a noções tais como “violência”, “direitos humanos”, “cidadania”, “guerra”.

Na segunda Mesa **Direitos, ativismo e reconhecimento**, com coordenação da professora Deborah Bronz (GAP/UFF), os pesquisadores Adriana Viana (MN/UFRJ), Ronaldo Lobão (Faculdade de Direito/UFF) e Soraya Silveira Simões (IPPUR/UFRJ) apresentaram questões relativas a variadas formas de demanda por justiça, direitos e reconhecimento presentes em casos de “violência policial”; em processos de reivindicação de reconhecimento por parte de “populações tradicionais” e por parte do reconhecimento da “prostituição” como profissão legalizada e oficialmente reconhecida. Também nessa Mesa a discussão sobre o papel e lugar do antropólogo nesses processos de luta e o envolvimento com os grupos de pesquisa e/ou com movimentos sociais, fez parte do debate.

Na terceira Mesa **Identidades, expressões de diversidade e espaço público**, com coordenação da professora e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA, Gisele Fonseca (UFF), os pesquisadores Sonia Hamid (INB/DF), Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (NEOM/PPGA/UFF) e Ronaldo Almeida (Unicamp), apresentaram questões vinculadas à situação de refugiados palestinos no Brasil; dos processos de securitização e visibilidade de identidades muçulmanas no Brasil a partir do 11 de setembro e do contexto internacional e, finalmente, sobre como as religiões, sobretudo os evangélicos pentecostais, estabelecem conexões parciais com outros vetores sociais configurando, ao final, o que vem sendo denominado de “onda conservada”.

Já no segundo dia (15 de julho), na quarta Mesa **Cidade, direitos civis e cidadania**, com coordenação do professor Robson Cruz (UNILAB e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA), os pesquisadores Lenin Pires (Departamento de Segurança Pública/UFF), Letícia Luna (UERJ), Mariana Cavalcanti (IESP/RJ) e Haydée Caruso (Departamento de Sociologia/UnB) apresentaram seus trabalhos colocando em discussão os processos de transformações urbanas suscitados a partir da recepção no Rio de Janeiro dos chamados “mega eventos” e os “jogos de exclusão” que as

mesmas estão suscitando para amplos setores da população, bem como da relação de jovens na periferia de Brasília com a polícia.

Na quinta Mesa **Classificações, disputas e controvérsias políticas**, com coordenação da professora Patrice Schuch (UFRGS e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA), os pesquisadores Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Frederico Policarpo (UFF Angra dos Reis) e Diogo Lyra (IFCS/UFRJ) apresentaram seus trabalhos discutindo as categorias relativas aos jovens e adolescentes no contexto das “ocupações em escolas” em Porto Alegre, as demandas de mães pelo uso da “maconha medicinal” e os paradoxos das formas de classificação e tratamento relativas a jovens em instituições sócio-educativas.

Finalmente, como última atividade do evento, teve lugar o **Workshop: Direito à universidade**, com coordenação na professora Lucía Eilbaum e a apresentação das professoras Ana Paula Mendes de Miranda (PPGA/UFF e Coordenadora de Pós-graduação stritu senso/Proppi/UFF) e Gláucia Mouzinho (Campos dos Goytacazes/UFF). O objetivo dessa atividade foi provocar o diálogo e debate sobre o papel da Universidade em contextos de “crise”, bem como os processos de socialização e engajamento dos setores que a compõem.

Participantes e público do evento

O Seminário contou com a participação de **26 pesquisadores**, dos quais 21 participaram como expositores e 5 como coordenadores e debatedores dos trabalhos apresentados. Foi organizado um total de 6 (seis) Mesas e 01 (um) workshop.

Através dos pesquisadores, foram representadas **08 instituições** de **05 estados brasileiros**: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Ceará.

O evento contou com um total de **150 inscritos**.

Organização do Evento

O evento teve a coordenação da professora Lucía Eilbaum (UFF), coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia.

Além da coordenadora, o Comitê Científico foi integrado pelos professores:

- Antônio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ; presidente da ABA)
- Patrice Schuch (UFRGS; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)

- Gisele Fonseca Chagas (UFF; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)
- Robson Rogério Cruz (Unilab; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)
- Roberto Kant de Lima (UFF)

O evento também foi filmado e divulgado ao vivo pelo canal da ABA. A partir desse sistema as Mesas ficam disponíveis no site youtube, através dos seguintes **links**:

Mesa de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=M3pZWbWVay0>

Mesa 1:

<https://www.youtube.com/watch?v=L7-AqEYy-k0>

Mesa 2:

<https://www.youtube.com/watch?v=r6yHNKaDqS4>

Mesa 3:

<https://www.youtube.com/watch?v=Zy0RmR1rieY>

Mesa 4:

<https://www.youtube.com/watch?v=ClqmefQrZgM>

Mesa 5:

<https://www.youtube.com/watch?v=leBEMDKPt4o>

Work shop:

<https://www.youtube.com/watch?v=Rh25SqRclAc>

Dessa forma, o evento conta com uma memória e pode ser divulgado e assistido por todos aqueles que não conseguiram comparecer.

2) Emissão e difusão de opiniões institucionais

- Elaboração e difusão das seguintes notas de repúdio e apoio:

a) Nota em repúdio aos atos de violência contra adeptos das religiões afro-brasileiras, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_nº_029_-_Nota_intolerância_religiosa.pdf

A nota foi enviada para: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Ministério da Justiça – MJ, Casa Civil, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Através dessa nota, a CDH/ABA repudiou diversos atentados morais e físicos perpetrados contra adeptos das religiões afro-brasileiras, assim como contra seus ritos e símbolos, solicitando um maior empenho das instâncias de Estado e Governo na garantia da liberdade de expressão religiosa.

b) Nota contrária à redução da maioria penal, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_nº_032_-_Nota_contrária_à_redução_da_maioridade_penal.pdf

A nota foi encaminhada para os seguintes órgãos do Governo: Presidência da República Federativa do Brasil- PR, Senado Federal, Câmara dos Deputados do Brasil, Secretaria Geral da Presidência da República–SG-PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República–DH-PR, Ministério da Justiça – MJ, Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.^[1]

Através dessa nota, a CDH/ABA manifestou sua contrariedade à proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos no Brasil, na Proposta de Emenda Constitucional 171/93, apontando, entre outras considerações, a falta de demonstração de uma correlação entre a adoção de medidas repressivas e a redução de índices de violência juvenil.

c) Nota informativa da Comissão de Direitos Humanos da ABA sobre a petição proposta pela Anistia Internacional “Diga não à execução!”, disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%3%ADcio_nº_037_-_Nota_informativa_da_CDH_sobre_assinatura_da_petição_Diga_não_à_execução.pdf

f

Com a assinatura dessa petição, a ABA repudiou publicamente as ações violentas e ilegais da Polícia Militar do Rio de Janeiro que, apenas no ano de 2014, têm resultado na morte de, pelo menos, 584 pessoas.

A nota foi encaminhada, através de ofício, para: o Delegado Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro/RJ, a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro/RJ e Coordenadoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

- Elaboração de informe “Direitos humanos e desigualdade”, sobre as iniciativas da Comissão de Direitos Humanos, publicado no Informativo “Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas”. Informativo especial - conjuntura nº 01/2016 | 25/02/2016, da ABA.

- Participação e colaboração na Nota da ABA em repúdio a Orientação Normativa nº 3, de 1/8/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/68_Nota_Diretoria_ABA_Igualdade_Racial.pdf

A ABA encaminhou a Nota aos seguintes destinatários: Presidência da República, Ministério do Planejamento, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Federal do Pará – IFPA e Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA.

- Elaboração da Nota da ABA sobre a judicialização e criminalização de movimentos sociais e civis, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/6_Nota_da_ABA_sobre_a_judicializa%C3%A7%C3%A3o_e_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_de_movimentos_sociais_e_civis.pdf

Com essa nota, a ABA manifestou sua preocupação e total repúdio ao processo crescente de judicialização, criminalização e repressão de movimentos sociais e de iniciativas de participação cidadã de estudantes, trabalhadores, profissionais, artistas e cidadãos de modo geral. Exigiu, assim, medidas que garantam o exercício livre e íntegro da cidadania, nas suas iniciativas legítimas de expressão pública. ^[1]_[5EP]

A Nota foi encaminhada aos seguintes destinatários: Secretaria Especial de Direitos Humanos – SDH/PR, Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, Ministério da Justiça e Cidadania, Polícia Federal, Força Nacional, Supremo Tribunal Federal – STF, Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Ministério Público Federal – MPF e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF.

4) Coordenação do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2016 - VII Edição: “Antropologia e Direitos Humanos: direitos, conflitos e cidadania”

Foram premiados 06 artigos nas categorias doutorado, mestrado e graduação. Os trabalhos apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos. Os trabalhos premiados também representam instituições e estados diversos do Brasil.

Na categoria doutorado, recebemos 15 inscritos, na categoria mestrado 10 inscritos e na graduação 8 inscritos.

A comissão julgadora foi composta por pesquisadores com reconhecimento na área temática, de instituições e regiões diversas do Brasil, a saber:

Comissão de Avaliação – Categoria Doutorado:

Coordenação: Gisele Fonseca Chagas

Membros: Ana Paula Mendes de Miranda, Cláudia Fonseca, Juliana Mello, Kelly da Silva e Ângela Facundo

Comissão de Avaliação – Categoria Mestrado:

Coordenação: Patrice Schuch

Membros: Haydée Caruso, Paula Lacerda, Fernanda Bittencourt Ribeiro, Cristina Patriota

Comissão de Avaliação – Categoria Graduação:

Coordenação: Lucía Eilbaum

Membros: Robson Cruz e Deborah Bronz

Nessa fase, estamos organizando a **coletânea** a ser publicada com os artigos premiados.

5) Outras atividades e participações:

- A professora Haydée Caruso integrou, como convidada pelo Ministério da Educação, a Comissão de Especialistas responsáveis por elaborar a Base Nacional Curricular Comum para a educação básica brasileira. Uma das responsáveis pela proposta curricular do componente de sociologia para o ensino médio.

www.basenacionalcomum.mec.gov.br

- A professora Haydée Caruso foi eleita Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o período de 2015-2017. www.forumseguranca.org.br

- Participação de Gisele Fonseca como expositora na mesa redonda "Síria Contemporânea: Refugiados do Conflito Sírio e a Política do Refúgio no Brasil" (Centro Cultural da Justiça Federal, RJ), com Mirian Alves de Souza e Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Mediação de Charles Gomes (FCRB), 2016.

- Participação de Gisele Fonseca nas discussões da construção do Manifesto Escola sem Machismo, do Coletivo homônimo formado por professoras dos ensino fundamental, médio, técnico e superior.

- Organização de atividades relacionadas aos direitos humanos na Ocupação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, por parte de estudantes:

1. Roda de Conversa "Direitos e Democracia"

2. Roda de Conversa "Movimentos Sociais e Reivindicação de Direitos"

Coordenação Lucía Eilbaum. Participantes: Frederico Policarpo (pesquisador, professor UFF Angra), Margarete Brito (presidente da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal - APEPI), Flávia Medeiros (pesquisadora, doutoranda PPGA/UFF), Guilherme Braga (Meu Rio/Defezap). ICHF/UFF, 30/11/2016

3. Roda de Conversa "Movimentos Sociais e Reivindicação de Direitos":

Coordenação: Lucía Eilbaum. Participantes: Soraya Simões (pesquisadora, professora da UFRJ, Observatório da Prostituição) e Indianara Siqueira (ativista e militante trans), Andreza Cunha (pesquisadora, estudante Sociologia/UFF) e Tatianny Araújo (militante, feminista, servidora federal e militante do Fórum de

Saúde/RJ). ICHF/UFF, 08/12/2016.